

## A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O ENVOLVIMENTO DOS GESTORES ESCOLARES

**Children with disabilities inclusion and the involvement of managers school**

**La inclusión de niños con deficiencia y la implicación de los gestores escolares**

Josiane Fujisawa Filus de Freitas<sup>1</sup>

Paulo Ferreira de Araújo<sup>2</sup>

---

### Resumo

O objetivo deste artigo foi identificar o envolvimento dos diretores no processo de inclusão escolar no município de Hortolândia-SP. Foram selecionados para o estudo 20 diretores que atuaram nestes cargos nos anos de 2010 e 2011. Os dados coletados por meio de entrevista semi-estruturada com os sujeitos foram analisados por meio da análise de conteúdo. Constatamos que os diretores conhecem a estrutura do município para atender as crianças com deficiência na escola e a avaliam como satisfatória. Verificamos que os recursos e adaptações necessárias são providenciadas a medida que aparecem as demandas e não pensadas antecipadamente. Observamos ainda que a escola, por meio de seu diretor, ainda não se responsabiliza pela criança com deficiência, apontando sempre a necessidade de mais profissionais para lidar com esses alunos. Concluímos que o envolvimento dos diretores com o processo de inclusão fica limitado devido a visão assistencialista que apresentam da deficiência. Os gestores necessitam ampliar o olhar em relação a criança com deficiência enquanto sujeito que aprende e ensina, para que dessa forma possam planejar e executar melhorias para o atendimento dessa população.

---

**Palavras-chave:** Crianças com deficiência. Formação profissional. Gestão escolar.

### Abstract

The objective of this paper was to identify the involvement of directors in the school inclusion process in the municipality of Hortolandia-SP. They were selected for the study 20 directors who have worked in these positions in 2010 and 2011. The data collected through semi-structured interviews with the subjects were analyzed using content analysis. We found that the directors know the structure of the municipality to meet children with disabilities in school and assess as satisfactory. We find that the resources and necessary adjustments are provided as they appear the demands and not thought out in advance. We also observed that the school, through its director, although not responsible for the child with disabilities, always pointing out the need for more professionals to handle these students. We conclude that the involvement of the directors with the inclusion process is limited due to paternalistic view that present disability. Managers need to broaden perspectives with regard to children with disabilities as subject learning and teaching, so that way they can plan and implement improvements to the care of this population.

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Curso de Educação Física e Pedagogia da Faculdade Adventista de Hortolândia-SP. Endereço: Rua Balbina de Matos, 1528, Ap 5, Dourados-MS. Tel.: (67) 9942 7833. Email: fujifilus@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor Doutor Titular da Faculdade de Educação Física/UNICAMP. Endereço: Av. Érico Veríssimo, 701, Campinas-SP. Email: paulof@fef.unicamp.br

**KEYWORDS:** Children with disabilities. Professional qualification. School management.

## Resumen

El objetivo de este trabajo fue identificar la participación de los directores en el proceso de inclusión escolar en el municipio de Hortolandia-SP. Se seleccionaron para el estudio 20 directores que han trabajado en estas posiciones en 2010 y 2011. Los datos recogidos a través de entrevistas semiestructuradas a los sujetos se analizaron mediante análisis de contenido. Se encontró que los directores conocen la estructura del municipio para satisfacer los niños con discapacidades en las escuelas, así como satisfactorio. Nos encontramos con que se proporcionan los recursos y los ajustes necesarios a medida que aparecen las demandas y no pensadas de antemano. También se observó que la escuela, a través de su director, aunque no es responsable por el niño con discapacidad, siempre señalando la necesidad de más profesionales para manejar estos estudiantes. Llegamos a la conclusión de que la participación de los directores con el proceso de inclusión es limitada debido a la visión paternalista que presente discapacidad. Los gestores tienen que ampliar las perspectivas con respecto a los niños con discapacidad como sujetos de aprendizaje y enseñanza, de manera de que puedan planificar e implementar mejoras en la atención de esta población.

---

**PALABRAS CLAVE:** Niños con discapacidades. Formación profesional. La gestión escolar.

## INTRODUÇÃO

Com o término dos prazos propostos no Plano Nacional de Educação (2001-2010), observamos a chegada de muitas crianças com deficiência nas escolas e a partir daí, uma série de dúvidas, medos, incertezas e mudanças têm rondado todos os agentes do processo educacional. Considerando que a escola não funciona exclusivamente pela ação do professor, as concepções sobre a deficiência e as estratégias necessárias para o trabalho inclusivo demandam também a participação de todos os envolvidos no contexto escolar. Neste artigo, direcionamos o olhar à gestão escolar, nas figuras do diretor e do coordenador pedagógico.

Para Silva (2006) o diretor é uma peça importante na configuração de uma cultura escolar e, por isso, analisar seu olhar sobre a inclusão é perceber a confluência de muitos fatores históricos e culturais que o constituíram enquanto pessoa. Durante sua pesquisa de estudo de caso, a pesquisadora confirmou que as características pessoais do diretor interferem na forma como a cultura escolar se efetiva, justificado pelo papel central que este ocupa na instituição. Além disso, esse papel muitas vezes se torna centralizador, na medida em que a divisão de responsabilidades, a democratização da gestão, ainda não é prática comum nas escolas brasileiras.

No entanto, não basta apenas buscar pessoas com características democráticas para ocupar funções como a direção. Deve-se investir na produção de contextos escolares que favoreçam a prática democrática de professores e alunos. Os sistemas educacionais devem assumir essa responsabilidade uma vez que se proclamou inclusivo, pois não tem como sê-lo mantendo condições desfavoráveis como, por exemplo, classes numerosas, currículos excludentes, prédios sem acessibilidade. Ainda se observa um grande distanciamento entre as intenções formalizadas nos documentos e a mudança efetiva de práticas (SILVA, 2006).

Em nossa opinião, a luta pela escola inclusiva é a mesma velha luta pela escola de qualidade. Se os problemas estruturais da educação – baixos salários, classes

superlotadas, formação de professores, só para citar alguns – estivessem minimizados, certamente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais causaria um impacto menor. Do ponto de vista pedagógico, se a escola refletisse em sua prática um pouco do que o discurso pedagógico vem pregando há tempos – pedagogia de projetos, agrupamentos produtivos, pesquisa ativa, estudo do meio, uso de tecnologias, partir do que o aluno sabe e de sua experiência de vida, a educação inclusiva estaria de certa forma melhor estabelecida, e os ajustes seriam menos radicais do que os que se propõem em face de práticas pedagógicas tradicionais (p. 141).

Lima (2005) também se refere a adoção de uma liderança participativa para que as escolas se tornem mais inclusivas. Para a autora, as novas tarefas exigidas pela política inclusiva não são compatíveis com um estilo de “direção-burocrática” que fica escondida atrás de pilhas de papéis amontoados em sua mesa; pelo contrário, uma educação inclusiva implica a existência de uma “direção-líder”, gestora de processos e, principalmente, de pessoas que compartilham e co-participam de uma mesma comunidade educativa.

A gestão escolar tem sua prática ligada à política educacional sendo o elo capaz de interpretar as leis e diretrizes do sistema para o público interno e para a comunidade intra e extra-escolar. Pode, então, ser um intérprete dos anseios da comunidade escolar para os órgãos deliberativos e decisórios de administração central do sistema. Desse modo, cabe a ela promover a mobilização dos professores e funcionários e a coesão do grupo enquanto uma equipe que trabalhe de forma cooperativa e eficiente.

Juntamente com o diretor, o coordenador pedagógico também faz parte da gestão escolar, estabelecendo a relação da gestão com os professores da escola. Diante da inclusão de crianças com deficiência, Oliveira e Profeta (2008) alertam que a gestão escolar deve cuidar: da acessibilidade do aluno do seu espaço físico, adequando-o e provendo-o com recursos necessários; de professores capacitados e comprometidos com o ensino/aprendizagem; do currículo com modificações para atender aos alunos, uma vez que os mesmos são sujeitos do processo de inclusão.

As relações estabelecidas entre a gestão escolar e os professores são fundamentais para que a inclusão aconteça. No entanto, percebemos ainda algumas dificuldades neste processo, que perpassam tanto pelas crenças pessoais de cada um, como pela falta de experiência com esta nova situação. Acreditamos que essas dificuldades tem surgido nesse contexto atual em que as crianças com deficiência estão presentes nas salas de aula, e portanto não se tem uma “receita” de como trabalhar com a inclusão. Como todo processo, as resoluções dos problemas vem surgindo a medida que as questões vão tentando ser solucionadas e, como estamos lidando com pessoas, cada uma delas tem suas particularidades, o que inviabiliza um roteiro de trabalho em que se encaixe as expectativas e as soluções em todos os ambientes.

Assim, o objetivo deste estudo foi identificar o envolvimento dos diretores na inclusão escolar do município de Hortolândia-SP a fim de apontar os problemas e propor alternativas para auxiliar neste processo.

## **Metodologia**

Para nossa pesquisa, buscamos desenvolver uma investigação qualitativa (DEMO, 2009) no município de Hortolândia-SP. Considerando as 21 escolas de Ensino Fundamental I pesquisadas foram selecionados para o estudo 20 diretores. Como principal critério de seleção dos sujeitos adotou-se o tempo de trabalho na função, sendo incluídos na pesquisa aqueles

que atuavam desde o ano de 2010 nas escolas do município nessa função, uma vez que os sujeitos que participaram de todo o processo tem maiores experiências para contribuir com a pesquisa.

Suas contribuições foram registradas em gravações e posteriormente transcritas, seguindo uma entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram agendadas previamente com os sujeitos, nas escolas onde atuavam. Utilizamos a análise de conteúdo como método para agrupar as respostas, uma vez que as questões foram abertas. Adotamos a incidência de palavras-chave, abordagem semelhante e conceituação comum como critérios para a formulação das categorias para análise (PUGLISI; FRANCO, 2005).

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Faculdade de Ciências Médicas - FCM da UNICAMP, sob o número de processo 0396.0.146.000-09/2009. Os participantes, após receberem as informações referentes a pesquisa, consentiram contribuir para o trabalho assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **A matrícula e informações sobre a criança com deficiência**

Observamos que a chegada das crianças com deficiência nas escolas acontece de duas formas: por encaminhamento do CIER (Centro Integrado de Educação e Reabilitação – escola de educação especial do município) ou pela matrícula dos pais. No ano de 2010 houve a descentralização dos serviços do CIER devido a inclusão de muitos de seus alunos nas escolas regulares. Assim, de acordo com a localidade da residência, o aluno era encaminhado para a escola municipal mais próxima. Nestes casos, a escola tinha acesso ao prontuário do aluno que até então só frequentara a escola especial, havia a necessidade de conversar com os pais para saber mais detalhes sobre o comportamento da criança além do auxílio dos profissionais da escola especializada.

A grande maioria dos diretores (95%) citou que as crianças com deficiência são matriculadas como todas as demais, os pais vão até a escola mais próxima de sua residência e realizam a matrícula, mesmo aqueles casos que foram encaminhados pelo CIER. Apenas um diretor comentou que as crianças com deficiência de sua escola se matricularam apenas por intermédio do CIER, ou seja, encaminhadas pela instituição e que não houve nenhuma matrícula espontânea por parte dos pais.

Nas entrevistas constatamos que o município apresenta uma organização relativa à inclusão de crianças com deficiência, que é seguida por todas as escolas e centralizada na escola de educação especial do município, o CIER. Mesmo com a descentralização deste serviço e a presença das professoras de Educação Especial itinerantes nas escolas, ainda as informações e dúvidas são sempre destinadas ao CIER. Percebemos aí uma dificuldade por parte da escola em incorporar esses conhecimentos continuando a remeter tudo que se refere a deficiência para uma instituição fora da escola. A ausência de formação dos profissionais também aponta a necessidade de busca por aspectos que ainda não estão presentes na escola, com outros profissionais principalmente da área da saúde.

Podemos considerar que essa dificuldade em acoplar o ensino especial a escola regular, ou seja, obter os conhecimentos até então atribuídos a Educação Especial, é, um pouco, reflexo das inconstâncias e ambigüidades da lei, conforme explicitam autores como Joaquim (2006), Mazzotta (2001) e Carvalho (1997). A falta de clareza ou a amplitude na designação da responsabilidade pelas crianças com deficiência deixa a escola atual com

dúvidas a respeito de suas responsabilidades. Junta-se a isso, o papel histórico da escola e das instituições especiais, uma cuidando dos “normais” e a outra prestando atendimento médico aos “diferentes”.

Ao relatar que as crianças com deficiência realizam a matrícula como todos os demais alunos, os diretores explicam que, neste momento, os pais informam à escola a deficiência da criança, através do preenchimento de uma ficha onde se registram dados referentes a atendimentos já realizados e uso de medicamentos, histórico médico, ficha esta que é conhecida nas escolas como “ficha de saúde”. Crianças que vem transferidas de outras escolas do município trazem seus registros da escola antiga. Quando, na leitura da “ficha de saúde”, a escola já detecta que a criança tem alguma deficiência, são agendadas conversas com os pais para se obter maiores informações. Segundo os diretores, em alguns casos, os pais já sabem que o filho tem uma deficiência, por casos semelhantes na família ou até mesmo por já terem sido diagnosticados, porém no ato da matrícula eles omitem essa informação, talvez por medo de que a escola se negue a matriculá-los.

Três diretores (15%) citaram casos em que os pais sabem e não falam sobre a deficiência de seus filhos, o que prejudica a organização da escola para atender essa criança.

Dois diretores (10%) citaram também a insegurança dos pais em confiar seus filhos com deficiência a escola, fazendo com que a direção apresentasse a escola e realizasse uma conversa de convencimento desses pais para a inclusão. Esses dados vêm ao encontro daquilo que Luiz (2009) constatou em sua pesquisa que evidenciou a necessidade do acompanhamento antes, durante e após a inclusão propriamente dita, apoiando as crianças e sua família nos momentos de busca e escolha da escola, adaptação da criança ao novo ambiente e da transição dos atendimentos oferecidos pela instituição especializada para outros setores.

### **Encaminhamento para avaliações e relações com a família**

Neste cenário, um ponto relevante é a identificação que ocorre em casos em que as crianças, após um período na escola, apresentam problemas ou defasagens na aprendizagem e por isso chamam a atenção dos professores. Observamos que há uma organização das escolas, ou seja, um protocolo comum a seguir nesses casos. De acordo com grande parte dos diretores (85,5%) essa identificação acontece inicialmente pela observação da professora de sala, que utiliza avaliações diagnósticas, também citadas como sondagens, para verificar o nível de desempenho escolar dos alunos. Constatando defasagens ou ausência de progresso na aprendizagem, além da observação do comportamento da criança, a professora contacta a gestão da escola, que em duas escolas (20%) também analisa o caso. Três diretores (15%) citaram que a professora especialista também é convocada para participar desse processo de análise.

Com o consenso destes profissionais, é elaborado um relatório sobre o comportamento e desenvolvimento do aluno em sala de aula. Este relatório é chamado de encaminhamento, o qual é apresentado aos pais ou responsáveis pela criança e estes tem a incumbência de levá-lo até o CIER para agendar uma consulta com a equipe de profissionais da saúde, a fim de que essa criança passe por avaliações que confirmem ou não a suspeita da escola. Três diretores (15%) citaram casos de famílias que não levam as crianças para essa avaliação, e que a escola tem que cobrar constantemente e ainda ameaçar acionar o Conselho Tutelar. Segundo alguns diretores, essa negativa dos pais está relacionada ao preconceito, pois no município, o CIER é

reconhecido como “a escola das crianças com deficiência”, ou seja, muitos pais tem receio de levar seus filhos para a avaliação talvez pensando que eles possam ter que ficar estudando lá.

A centralização dos serviços de Educação Especial no CIER, ao longo dos anos, formou no município essa designação, de que lá são tratados apenas crianças com deficiência. Mesmo o município organizando uma equipe de saúde para avaliações nesta instituição, muitos pais tem receio e mesmo preconceito em ter seus filhos associados a este local. Assim, algumas diretoras comentam a necessidade de convencer os pais a levarem seus filhos para uma avaliação que tem por objetivo não apenas diagnosticar, mas também auxiliar essas crianças no seu desenvolvimento escolar.

Considerando os apontamentos dos diretores, percebemos mais uma função da escola, passar informações aos pais sobre as necessidades de seus filhos, além de oferecer serviços que busquem sanar esses problemas. Ainda em conformidade com os relatos dos diretores, verificamos que a centralização dos serviços de avaliação e diagnóstico vinculados ao CIER dificulta a busca de soluções por parte dos pais que já incorporaram um preconceito a respeito da instituição. Uma alternativa seria a mudança de local, ou mesmo do nome, para que a vinculação estabelecida historicamente entre CIER e deficiência seja superada.

Assim, dentro da organização municipal observamos um distanciamento dos serviços de identificação (escola), diagnóstico (profissionais da saúde), e atendimento (escola e saúde). A morosidade e a burocracia desses encaminhamentos dificulta o progresso escolar de muitos alunos que necessitam dessa atenção especial. Destacamos assim a necessidade de diminuir essa distância facilitando o atendimento dos alunos com necessidades especiais.

### **Adaptações e aquisição de materiais**

Todos os diretores entrevistados citaram que houve a necessidade de adquirir materiais após a chegada das crianças com deficiência. Grande parte deles citou a prefeitura, por meio da verba de subvenção, como a maior auxiliadora neste processo, onde a prefeitura remete a verba e os diretores compram os materiais. Cinco diretores (25%) citaram o auxílio das professoras especialistas que listam os materiais mais necessários.

Além disso, quatro diretores (20%) citaram a aquisição da Sala de recursos, que veio por intermédio da prefeitura no MEC. Segundo a Secretaria de Educação - Hortolândia (2011) foram 13 as escolas que receberam essa sala no ano passado.

Atentamos para um fator importante nesse item, segundo os entrevistados, os materiais vão sendo adquiridos conforme aparecem as necessidades dos alunos:

*“Esse ano recebemos três cadeirantes, estamos pedindo adaptações no banheiro, mas o prédio tem elevador” (DIRETOR 3).*

*“O ano passado a gente teve um aluno que ele tinha alguma deficiência motora, então foram feitas adaptações de mesa, de cadeira...” (DIRETOR 2).*

Em conformidade com as leis e decretos brasileiros que regem a inclusão escolar, em destaque o Decreto 6.571, de 2008, as escolas devem estar preparadas para receber os alunos com deficiência, provendo condições de acesso, participação e aprendizagem, fomentando o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos (BRASIL, 2008). No entanto, percebe-se nos relatos dos diretores que os recursos vão sendo providenciados a medida que ‘aparecem’ as necessidades, e sabemos que a morosidade e burocracia do provimento de recursos nos órgãos públicos, certamente, deixam muitos professores e crianças em uma longa espera.

Acreditamos que para que a inclusão escolar realmente aconteça, as escolas já devem estar equipadas para atender a todas as necessidades, não dependendo de ter um aluno com deficiência para providenciá-las. Mesmo porque, considerando a atual proposta de desenho universal (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2009) as escolas devem adequar sua estrutura e recursos garantindo sua máxima extensão possível para atender a todos, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência. Neste sentido percebemos apenas um diretor que evidenciou que a aquisição de materiais é para toda a escola, ou seja, de uso coletivo.

Assim, a acessibilidade deve ser pensada para todos, conforme lei 10098/2000. Neste sentido, para que a inclusão escolar e social aconteça, não é conveniente pensar em adaptações e, sim, em adequações. O que queremos dizer com isso é que tudo deve ser pensado para ser adequado não só às pessoas com deficiência, mas a todos, o que evitaria as adaptações posteriores.

Constatamos ainda, por um grupo de diretores (35%), um sentimento de acolhimento, como se a escola estivesse fazendo um favor aquele aluno, aquela família, caracterizando uma visão assistencialista. A trajetória histórica da educação das pessoas com deficiência nos permite verificar que essa visão se perpetua até os tempos atuais e que, talvez para justificar as falhas na tentativa de incluir, muitos diretores se remetam a integração da criança na escola como um “grande ato de bondade”, distorcendo a responsabilidade e dever da escola com esse processo.

Segundo Tomasini (1998), esse quadro também é acentuado pela contribuição da instituição especial para a segregação das pessoas com deficiência. Segundo a autora a presença desses indivíduos com diferenças, independente do espaço (escola, trabalho) causa constrangimento pedagógico e pessoal, com sentimento de pena, temor, impotência e até repulsa, exercendo um papel estigmatizador.

### **Opinião sobre a organização do município**

Questionados sobre o modelo de trabalho realizado no município para a inclusão de crianças com deficiência nas escolas, todos os diretores entrevistados se mostraram satisfeitos com as ações da Secretaria. Quatro diretores (20%) apontaram que a distribuição do trabalho que antes era realizado apenas no CIER favoreceu a ampliação do atendimento, visto que muitos pais não podiam levar seus filhos até a instituição especial. Outros cinco (25%) comentaram ainda que a presença das especialistas em Educação Especial na escola trouxe segurança ao trabalho de todos, pois muitos se sentem despreparados para o trabalho com crianças com deficiência. Três diretores (15%) levantaram a necessidade do tempo integral de trabalho das professoras especialistas em apenas uma unidade de ensino.

Dois diretores (10%) citaram, como melhoria do trabalho de inclusão, a contratação de estagiárias, estudantes de Pedagogia, que auxiliam individualmente os alunos com deficiência em sala de aula. Um diretor sugeriu o aumento também do número de profissionais da saúde que atendem as crianças encaminhadas, pois considera a lista de espera muito grande o que torna o atendimento lento e prejudica o desempenho escolar do aluno.

Verificamos mais uma vez que a escola, por meio de seu diretor, ainda não se responsabiliza pela criança com deficiência, apontando sempre a necessidade de mais profissionais para lidar com esses alunos. Chamamos isso de “transferência de responsabilidade”, pois constatamos que as crianças com deficiência ainda não são consideradas como ‘da escola’ e por isso devem ser assistidas por outros profissionais, segundo os diretores, mais preparados.

Essa transferência de responsabilidade por parte da escola, em não assumir por completo as ações referentes a criança com deficiência, perpassa principalmente pela busca pela escola de qualidade, que consta nos discursos, porém não se concretiza na prática, conforme apontado nos estudos de Silva (2006). Para o autor, a minimização dos problemas estruturais da educação (baixos salários, classes superlotadas, formação de professores, etc) refletiria em um menor impacto sob a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que a escola estaria atendendo a todos, em sua forma mais democrática, e assim os ajustes a serem pensados seriam menos radicais.

Apontamos ainda para um outro lado da moeda, ao mesmo tempo que a escola busca transferir suas responsabilidades, já que atualmente não se considera preparada para incluir, ela também tem acumulado outros papéis, que consideramos fora da alçada pedagógica. Veja a seguir:

*...e geralmente a família não leva, não dá o remédio, tem que ser babá da família, e até policial, pedir relatório da saúde mental. “Ele não foi o mês passado”, e liga para a mãe, ela fala que levou, a gente fala que não levou porque tem um documento que mostra que se foi ou não, você tem que fazer ata e dizer que ela tem que cuidar do filho senão vamos acionar o conselho tutelar. ‘Você não está dando remédio não, esta receita é para um mês, não está dando porque eu tenho um resto então você não deu o mês passado’. Dá vontade de colocar no carro da gente e levar, pela criança e pelos outros e pela gente mesmo (DIRETOR 10).*

A partir do contato com a organização do município e as ações dos diretores, percebemos que a escola tem acumulado funções como essa, de cobrar os pais sobre o atendimento prestado sobre seus filhos. Em alguns casos, essa cobrança ultrapassa os limites de obrigação da escola, ou seja, de ordem pedagógica, e muitos gestores acabam realizando um trabalho assistencial as famílias. Apontamos assim a necessidade da integração da Secretaria de Educação a outros órgãos municipais, como a Saúde e a Assistência Social, a fim de sanar essas lacunas na inclusão escolar das crianças com deficiência.

Ainda assim, metade do grupo pesquisado citou a inclusão escolar como “algo novo”, no qual todos estão aprendendo e que a prefeitura tem feito o que está ao seu alcance. Destacamos que apesar de ser um processo em andamento, essa fala não pode ser utilizada como um “chavão” para justificar os entraves da inclusão escolar. E ainda, muito menos, para tirar a responsabilidade dos diretores neste processo, como se não pudessem ser cobrados por algo que “acabou de começar”. Enquanto parte de uma organização municipal, os gestores devem ser co-participantes de todo o processo e assumir suas responsabilidades dentro das escolas, prestando todo o apoio necessário a alunos, professores e funcionários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das entrevistas realizadas, constatamos que a organização proposta pelo município de Hortolândia-SP para a inclusão das crianças com deficiência na escola regular vem sendo seguida por todas as unidades de ensino. Inicialmente, observamos que a matrícula é realizada da mesma forma que os demais alunos, os pais se dirigem a escola mais próxima de sua residência, e preenchem uma ficha com informações sobre a criança. Diretores relatam que, neste momento, alguns pais não indicam a deficiência da criança, a qual será identificada

no decorrer do ano letivo pelo professor. Esta situação dificulta a busca por recursos e adaptações na escola, já que atualmente percebe-se que as escolas esperam as necessidades aparecerem para providenciarem as adequações necessárias.

Constatamos assim que o discurso dos diretores está vinculado a uma visão assistencialista da deficiência, pautada na questão médico-corretiva, ou seja, a preocupação está voltada para o atendimento médico dessa criança a fim de que uma “cura” possa normalizá-la para seguir o curso de seus estudos como os demais alunos. Essa concepção da deficiência, observada nos discursos, forma uma barreira para a inclusão escolar, visto que possibilita aos diretores transferirem sua responsabilidade para outros setores fora da escola. Essa forma de pensar e representar a pessoa com deficiência reforça a ideologia dominante que quer refletir o oferecimento de condições para os direitos humanos, mas que, na realidade, busca a ausência de qualidade da educação para continuar mantendo o controle sobre as classes.

Portanto, faz-se necessário lutar contra esse poder dominante, todos os envolvidos na educação devem assumir suas responsabilidades. O diretor exerce um grande papel na inclusão de crianças com deficiência. Enquanto gestor da escola, ele é, ao mesmo tempo, o representante legal do município e o representante da sociedade, atuando como interlocutor dessas duas instâncias. Desse modo, o diretor interage com outros órgãos do município, como Segurança, Obras, e outros, a fim de reivindicar recursos para sua escola, sejam adaptações ou adequações. Considerando seu papel na gestão da escola, e seu contato inicial com a criança que é matriculada, a chegada na escola, ele deve estar inteirado não só das leis e normas do município como também ser co-responsável pelo desenvolvimento pedagógico do aluno, a par de todos os processos que envolvem a inclusão escolar.

Destacamos ainda que para os diretores a ação municipal para a inclusão das crianças com deficiência acontece de forma satisfatória. Ressaltamos, porém, que alguns aspectos apontados pela gestão escolar revelam que o processo de inclusão ainda está distante do ideal.

Concluimos que o envolvimento dos diretores com o processo de inclusão fica limitado devido a visão assistencialista da deficiência. Os gestores necessitam ampliar o olhar em relação a criança com deficiência enquanto sujeito que aprende e ensina, para que dessa forma possam planejar e executar melhorias para o atendimento dessa população. Assim, acrescentamos que no município de Hortolândia apresenta uma organização que necessita de maiores intervenções. Nossas sugestões, a partir das situações relatadas pelos diretores dizem respeito a cursos de formação continuada que atendam as dúvidas e angústias referentes ao fazer pedagógico, com atividades e metodologias que realmente favoreçam a inclusão escolar; a presença constante das especialistas em Educação Especial para dar suporte ao professor; reuniões conjuntas entre todos os grupos de professores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 6.571, 17 de setembro de 2008*. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2010.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: um conceito para todos*. Realização: Vereadora Mara Gabrielli, 2009.

CARVALHO, R. E. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2009.

- JOAQUIM, R. C. v. *A política de Educação Especial: um estudo sobre sua implementação nas escolas municipais de Campinas no período de 1989 a 2004*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- LIMA, L. Apertem os cintos, a direção (as) sumiu! Os desafios da gestão nas escolas inclusivas. In: RODRIGUES, D., KREBS, R. e FREITAS, S. N. (Orgs). *Educação Inclusiva e necessidades educacionais especiais*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.
- LUIZ, F. M. R. *Experiências de famílias de crianças com Síndrome de Down no processo de inclusão na rede regular de ensino*. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado de Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, F. I. W. ; PROFETA, M. S. Educação Inclusiva e alunos com necessidades educacionais especiais. In: OLIVEIRA, A. A. S; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.). *Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora e Fundepe Editora, 2008.
- PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. *Análise de conteúdo*. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – HORTOLÂNDIA. *Apresentação de Workshop*. Material impresso cedido pela Coordenação de Inclusão. 2011.
- SILVA, C. L. *O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva a partir de um enfoque sócio-histórico*. 2006. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TOMASINI, M. E. A. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. 4.ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 111- 133.

Recebido 06/07/2015  
Aprovado: 12/08/2015